

SOLIDARIEDADE com os povos das ex-COLÓNIAS = hoje, 12/7 Independência de SÃO TOMÉ

COMEMORAÇÕES - GIL VICENTE SABADO, 12 AS 15 HORAS

- INTERVENÇÃO POLITICA DA CASA DOS ESTUDANTES DAS COLONIAS ACERCA DA PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDENCIA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.
- INTERVENÇÃO CULTURAL DA CASA DE ANGOLA.
- INTERVENÇÃO POLITICA E CULTURAL DA CASA DOS TIMORES.
- INTERVENÇÃO CULTURAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGAL-MOÇAMBIQUE.
- MANIFESTAÇÃO DE RUA DE APOIO AOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO.

editorial

Da livre concorrência capitalista e com a concentração da produção, nasceu o monopólio e a partir desta opera-se a transição para uma ordem económica e social superior — o Imperialismo.

O domínio do capital financeiro, a criação de monopólios internacionais que partilham o mundo entre si, a exportação de capitais e a partilha do globo entre as grandes potências são características do capital monopolista.

O capitalismo e o seu estado supremo estiram a todo o mundo e os países fracos são submetidos a uma desenfreada exploração pelos países fortes.

A rivalidade entre as grandes potências, na ânsia de realização dos seus intuitos hegemónicos leva às guerras Imperialistas. A primeira e a segunda Grande Guerra ilustram bem o que é a disputa pela partilha do mundo pelos países mais poderosos. Hoje a disputa entre as duas super-potências (EUA e URSS) poderá conduzir a uma nova guerra mundial.

No entanto nem tudo é mau para os países e povos explorados e oprimidos, pois as contradições agudizam-se e o imperialismo já não é mais que um capital agonizante. Assim as contradições internas, a contradição entre o proletariado e a burguesia nos países capitalistas e a contradição entre os grandes grupos monopolistas e a contradição entre as grandes potências, enunciam para breve o fim do domínio Imperialista e o começo duma nova era. No entanto ela não cairá por si só.

A burguesia não se suicida assim própria, é preciso derrubar o imperialismo.

Os povos compreendem bem esta verdade e por isso erguem-se de armas na mão para o combater, para o destruir.

Os povos oprimidos vão progressivamente ganhando consciência da sua situação e vão ganhando força e organização para lutarem pela sua libertação. Os povos oprimidos de todo o mundo têm esboçado todas as tradições que o imperialismo gera e que leva necessariamente ao seu enfraquecimento.

Assim, temos assistido nos últimos tempos a um aumento das lutas de libertação nacional em todo o mundo, fazendo recuar os exploradores.

Nas o imperialismo não desarma. É uma vez desmascarado o expulso de determinada região tenta logo a perpetuação dessa mesma exploração e coberto de outras capas ou com outras formas, camufladas de opressão política, económica e cultural.

Assim, servindo-se de governos fantochas, proclamam uma aparente independência política dos povos, para encobrir o real domínio dos inimigos do povo. Assim, aparece o neocolonialismo, que mais não é que um colonialismo com outra feição. O neocolonialismo em África é um perigo, que já vem de longe, e é hoje importante recordar o exemplo do Zaire onde a "Independência Política" não foi mais do que a mera substituição de uma burguesia branca, por algumas negras, que continuam a servir a escravidão do povo Zaireense.

A ocupação colonial e a exploração económica de S. Tomé e Príncipe

A ocupação colonial Portuguesa, que remonta ao século XV, dá-se para S. Tomé e Príncipe em 1470.

Desde aí, S. Tomé e Príncipe é transformado num posto de troca de escravos provenientes de Angola e outras colónias. Estes são utilizados por um lado na cultura da cana do açúcar em S. Tomé e por outro lado são levados para o Brasil onde o colonialismo Português necessitava de mão-de-obra escrava para a exploração das riquezas do novo continente.

A exploração da escravatura trouxe como consequência em S. Tomé uma longa luta de resistência, de revolta de escravos, das quais se destaca a luta dos "Angolares" (escravos oriundos de Angola) dirigida pelo escravo Amador. Dirigidos por Amador, os "angolares", aproveitaram algumas das desinteligências entre a Igreja e o Poder Civil quanto à posse das terras e supremacia do comércio, desenvolvem uma luta organizada e conseguem fazer um reino e dominar grande parte da ilha.

Com o fim de reprimir as várias revoltas, são enviadas de Portugal várias expedições militares que culam com a prisão e enforcamento do rei Amador, ao mesmo tempo que forçam a retirada dos "Angolares" para o Sul enquanto os colonos lhes vão usurpando as terras.

Apesar de todos estes esforços, só em 1878 é que os portugueses conseguem garantir uma ocupação efectiva da ilha, com esmagamento de todas as revoltas.

A introdução da cultura do café e do cacau, por parte dos colonos recém-chegados (1822-1898), começa um novo ciclo de emprego de mão-de-obra escrava e usurpação das terras.

Ao mesmo tempo que se dá a exploração dos proprietários nativos, os novos colonos fortemente ligados ao capital comercial e à banca portuguesa tornam-se progressivamente senhores das ilhas criando assim a

grande propriedade e a implantação de grandes companhias, que estabelecem a estrutura agrária que chega até aos nossos dias.

O facto de ter sido declarada em 1869 a abolição da escravatura, não impede que Portugal continue a transportar e utilizar escravos no trabalho agrícola.

Mais tarde, em 1903, é publicada o diploma legal que prevê a emancipação livre para S. Tomé e Príncipe "da força de trabalho das outras colónias, estabelecendo assim o regime de "contratada". A escravatura é assim substituída pelo trabalho forçado.

Em 1907 existem já cerca de 25.000 "contratados" considerados necessários à exploração da roça Santomense, aos quais são pagos salários de miséria o que os obriga a uma subalimentação e falta de higiene que provoca uma mortalidade de cerca de 45%.

"NOS LUTAMOS CONTRA A EXPLORAÇÃO DO HOMEM PELO HOMEM: DE QUE O COLONIALISMO PORTUGUÊS É HOJE A PRINCIPAL EXPRESSÃO NOSSO PAÍS. POR OUTRAS PALAVRAS ISTO SIGNIFICA QUE O NOSSO OBJECTIVO É DERRUBAR O PODER DAS CLASSES EXPLORADORAS EM NOÇAMBIQUE, REPRESENTADAS PRINCIPALMENTE PELAS BURGUESIAS COLONIALS E IMPERIALISTAS, DESTRUIR O ESTADO COLONIAL, FORMA ESSENCIAL DA DOMINAÇÃO COLONIALISTA E IMPERIALISTA NA PÁTRIA."

SAMORA MACHEL

A luta de Resistência do Povo Santomense

A partir dos anos 50, devido à dificuldade crescente no recrutamento do "contractados", a burguesia colonialista sente assim necessidade de recrutar mão-de-obra local.

No entanto o povo Santomense, que sempre resistiu ao trabalho forçado recusa-se a trabalhar nas roças e a encher os bolsos das colonos com o produto do seu trabalho.

Para forçarem os nativos a trabalhar nas roças, os colonialistas servem-se de várias armas: tentam vergar o povo Santomense pela fome (cortando-lhe os ramos de fruto de que viviam) e pela violência. Chacina de Batapa em 3 de Fevereiro de 1953. É este massacre apóice na sequência da revolta dos nativos da ilha contra as manobras das grandes companhias portuguesas e do governador Carlos Borghello. Surge na ilha panfletos a anunciar a revolta do povo com ameaças de morte ao governador.

Assim se justifica a vaga de repressão com desarmamento e desmobilização dos soldados indígenas ao mesmo tempo que se procede à mobilização e armamento dos colonos. Estes fazem cage aos negros; uns são baleados e outros são mandados para o campo de concentração da praia de Fernão Dias. As casas das aldeias indígenas são saqueadas e incendiadas. Numa semana foram assassinados mais de mil homens, mulheres e crianças entre o Povo de S. Tomé.

A formação do MLSTP

Nem os massacres como o de Batapa, nem as manobras da divisão que os exploradores portugueses sempre procuraram criar entre os Santomen conseguiram deter a luta do Povo pela libertação da sua Pátria.

Assim em 1960 é criado o comité de libertação de S. Tomé e Príncipe (C.L.S.T.P.) cuja direcção se instala no Camp, devido à forte repressão existente sobre qualquer força progressista organizada. Háí começa a desenvolver trabalho político e de propaganda sobretudo através de emissões de rádio das ilhas. Para lealmente a este trabalho de propaganda existiram sempre militantes no interior, em contacto com o povo e em ligação estreita com o comité directivo, fazendo um trabalho de consciencialização das massas. Apesar de muitos obstáculos este trabalho avançou nas propriedades agrícolas, nas cidades, junto dos trabalhadores da construção civil, junto não só dos santomenes como também dos Angolanos, Moçambicanos e Caboverdianos que lá se encontravam. Fizeram-se peças teatrais, canções, onde se tentava traduzir a exploração de que o povo era vítima.

Em 1961, o MLSTP, participou na fundação da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) com o MPLA, PAIGC e FRELIMO, e em 1962 foi reconhecido pela OUA como único e legítimo representante do Povo de S. Tomé e Príncipe.

A quando da queda do presidente Nkruma do Gana, pelo golpe militar fascista em 24 de Fevereiro de 1966, surgiram dificuldades que levaram o Comité Directivo a deslocar-se primeiro para Brazzaville, depois para Santa Isabel e finalmente para Libreville (capital do Gabão).

Em 1972, devido às novas exigências do trabalho político que vinha desentando, surge a necessidade da realização de um congresso, tendo por fim a reestruturação do Comité, no qual participaram a direcção e todos os naturais das ilhas residentes na Guiné Equatorial, Gabão e outros países limítrofes, donde surgiu o MLSTP (Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe), cujo programa mínimo assenta nas seguintes bases:

- 1- União de todas as forças patrióticas do nosso país para eliminação do colonialismo português em S. Tomé e Príncipe;
- 2- Destruição de todas as tentativas de Administração Portuguesa para erguer barreiras artificiais tendentes a criar uma divisão tanto no seio do Povo como entre este e certos elementos da população;
- 3- Unidade sólida e fraterna em que todos os explorados-trabalhadores forçados, trabalhadores aparentemente livres, operários, pescadores -

Consolidação do MLSTP como vanguarda do povo

Com o 25 de Abril surge um pag-
tido "Democrático" chefiado pelos
colonos e preconizando o federalis-
mo com Portugal e a Frente Popular
Livre (FPL), constituída na sua mai-
oria por funcionários públicos e en-
cabçada por um Europeu da iedias
monarquicas, que preconizava a inde-
pendência em termos neocolonialis-
tas. Ambos desapareceram face à fei-
ta de apoio à luta reivindicativa
dos trabalhadores, luta que começa
da por exigir melhores condições de
vida, se tornam em lutas políticas
de apoio ao MLSTP, exigindo o início
de negociações com vista à independência
imedista e total.

Em meados de Junho de 1974, com
as perspectivas que se abriam para
a resolução do problema colonial, a
primeira preocupação do MLSTP foi a
criação de uma estrutura, que no in-
terior, pudesse lançar as bases de
um trabalho político mais avançado,
com o fim de divulgar junto das mas-
sas populares o programa político
do MLSTP, combatendo o colonialismo.
É neste contexto que surge a As-
sociação Cívica pro- MLSTP, à qual
se verifica a adesão do povo.

Esta Associação orientou as lu-
tas reivindicativas iniciadas a 11
de junho pelos trabalhadores das o-
bras públicas (cujos salários osci-
lavam entre 30000 e 40000 diários,
enquanto o peixe salgado estava a
45000 p kg, o feijão a 20000, o ar-
roz a 32000), alastrando-as aos tra-
balhadores das obras (construção ci-
vil, aos ativadores e finalmente à
grande maioria dos sectores económi-
cos.

Parante o surto grevista, os co-
lonialistas recorrem a manobras que
vão desde pequenas cedências até ao
agobramento do géneros alimentí-
cios. Esta manobra leva o povo de S.
Tomé e Príncipe a invadir em 5 de Se-
tembro, os armazéns af descobrindo
não só os géneros que os comercian-
tes diziam faltar, como também ar-
mas.

A esta acção segue-se uma atitu-
de repressiva por parte das forças

da "ordem" de qual resultam um morto
e dois feridos graves e a implatação
do estado de sítio.

O povo de S. Tomé responde com uma
greve geral que só acabou ao fim de
cinco dias com a promessa de conver-
sões imediatas entre o governo Por-
tuguês e o M.L.S.T.P.

A formação do MLSTP.

(CONTINUAÇÃO DA PAGINA 3)

res, ativadores, proprietários agrí-
colas, estudantes, funcionários, co-
merciantes e empregados do comércio
- estejam fundidos no ideal comum de
destruir imediata e completamente o
colonialismo português em São Tomé e
Príncipe;

4 - Cooperação com as organizações
nacionalistas das outras colónias por-
tuguesas no espírito de solidarieda-
de e ajuda, para a coordenação da ac-
ção contra o inimigo comum;

5 - Aliança com todas as forças
progressistas do mundo, conquista de
simpatia de todos os povos à causa da
libertação do povo de São Tomé e Prín-
cipe."

Durante a ocupação colonialista o
povo sempre soube manter a sua digni-
dade e personalidade, pagando, por ve-
rias vezes, na sua luta de resistênci-
a, em armas contra o ocupante portu-
guês.

Ao contrário do que aconteceu nas
outras colónias em que se deu um in-
cremento da luta através da formação
e actuação de um exército da liberta-
ção nacional, o combate contra a ex-
ploração colonial em São Tomé e Prín-
cipe não conseguiu, devido a factores
de ordem diverso entre os quais se
destacam a pequenez e a insularidade
do país, a estado de luta armada or-
ganizado.

O facto de o Movimento não passar
à luta armada não se deve a nenhuma
opção política. O M.L.S.T.P. enver-
dou logo por uma via revolucionária,
de consciencialização das massas, na
ilegalidade. Este trabalho reflec-
tiu-se em greves, manifestações, etc.

Da federação Spínolista aos acordos de ARGEL

Vejamos agora como evoluiu o processo da descolonização por parte do Governo Português.

Logo de início, apareceu por parte do Governo Provisório, na altura presidido por Spínola, propostas de formação de partidos políticos, ao que o MLSTP responde não aceitando propostas que trariam soluções federalista e neo-colonialistas. Entretanto, chega a São Tomé o Governador e quer formar quadros políticos entre os Santomenses. Uma "africanização" que faz lembrar Spínola no Guiné.

Apesar de todas estas manobras reaccionárias, a marcha revolucionária para a independência do Povo, intensifica-se sob a justa orientação da sua vanguarda política, o MLSTP, até obter uma estrondosa vitória nas negociações de Novembro, onde reduziu a pó o projecto de federação deste país com Portugal proposto por Spínola e viu reconhecidos os seus direitos de nação livre e soberana.

Assim em novembro na cidade de Argel são assinados os acordos entre o governo Português e o MLSTP, dos quais destacamos os seguintes artigos:

1º O Governo Português reafirma o direito do povo de S. Tomé e Príncipe à auto-determinação e independência (...)

2º O Governo Português reconhece o Movimento da Libertação de S. Tomé e Príncipe como interlocutor e único e legítimo representante do povo de S. Tomé e Príncipe.

3º O Movimento da Libertação de S. Tomé e Príncipe e o Governo Português, conscientes da necessidade de assegurarem nas melhores condições possíveis a transferência de poderes para o futuro Estado independente de S. Tomé e Príncipe, acordaram em estabelecer o esquema e o calendário do respectivo processo de descolonização, criando para o efeito os seguintes órgãos:

- a) Um Alto Comissário;
- b) Um Governo de Transição.

(...)

9º Com o fim de prosseguir uma política financeira independente será criado em S. Tomé e Príncipe, durante o período do Governo de Transição um banco central, que terá igualmente as atribuições do banco emissor (...)

11º O Movimento da Libertação de S. Tomé e Príncipe e o Governo Português acordam em que a independência de S. Tomé e Príncipe seja proclamada em 12 de Julho de 1975.

12º-1. O Governo de transição preparará a eleição, em 7 de Julho de 1975, de uma assembleia representativa do povo de S. Tomé e Príncipe, de acordo com os princípios da Declaração dos Direitos do Homem, dotada de poderes soberanos e constituintes, que terá por função declarar a independência do Estado de S. Tomé e Príncipe e elaborar a futura constituição desse Estado. (...)

13º-1. O governo Português e o Movimento da Libertação de S. Tomé e Príncipe acordaram em que até 30 dias após a proclamação da independência de S. Tomé e Príncipe deixem o respectivo território todos os elementos das forças armadas ali sediadas.

2. O Governo Português conservará com o movimento de S. Tomé e Príncipe as medidas de ordem administrativa julgadas convenientes em relação aos militares naturais de S. Tomé e Príncipe.

14º- O Movimento da Libertação de S. Tomé e Príncipe reafirma que a sua luta é não oposta ao povo português, mas ao regime colonial fascista depositado pelo Movimento das Forças Armadas de 25 de Abril, e declara o seu propósito, que o Governo Português registre, de raspar o protótipo das pessoas e os interesses legítimos dos cidadãos portugueses residentes no território do Estado de S. Tomé e Príncipe.

15º- Tendo em conta os laços históricos e socioeconómicos existentes entre o povo de S. Tomé e Príncipe, o Governo Português e o Movimento da Libertação de S. Tomé e Príncipe proclamam solenemente a sua intenção de estimular e desenvolver a compreensão e amizade entre os dois povos, através de uma cooperação sincera e eficaz, e numa base de independência, igualdade e respeito mútuo da soberania e dos interesses dos respectivos países e povos.

Para esse efeito, serão celebrados acordos bilaterais de cooperação, nomeadamente nos domínios económico, financeiro, técnico e cultural.

(cont. pag. 7)

Do governo de transição à Independência

O governo de transição de S. Tomé e Príncipe tomou posse no dia 21 de Dezembro, após a assinatura do acordo de Algal. É a partir deste momento que as contradições antes suspeitadas se agudizam.

O primeiro embate dá-se a propósito da própria formação do Governo de transição, já que alguns elementos do Bureau Político do MLSTP não aceitam a presença de um dos ministros do elenco governamental, o ministro Carlos Graça, responsável pela pasta dos Assuntos Sociais, e que não só estava comprometido com a extinta Frente Popular Livre (Organização que preconizava a continuação da dominação portuguesa em S. Tomé e Príncipe), como ainda tinha pretendido negociar propriedades em S. Tomé com estrangeiros (gaboneses e franceses).

Os conflitos posteriores, e através dos quais se pode ir clarificando a posição das personagens intervenientes e das forças que eles representam, centram-se à volta de uma questão fundamental: a dissolução da tropa negra.

O exército colonial estacionado em S. Tomé e Príncipe é composto, como de resto nas outras colónias, por duas forças distintas: a dos militares portugueses e a dos militares nativos do próprio território.

O problema que se põe à existência desta tropa especial não é novo, e dois exemplos bastarão para nos lembrarmos do perigo para a independência de um novo país: A recente prisão de elementos desta tropa na Guiné, e o papel por ela desempenhado nos sangrentos acontecimentos da história contemporânea do Congo, defendendo os interesses dos exploradores estrangeiros.

Atendendo a esses factos, e também à circunstância de o M.L.S.T.P. não ter formado nenhuma força militar, o Bureau Político e o comissariado Político do M.L.S.T.P. decidem em reunião, a dissolução imediata das tropas negras. O Alto Comissário recusou-se a tomar esta medida, e faz uma série de manobras paralelas, a que o briga os membros do Bureau Político realizarem uma reunião plenária em Liéville (7 de Março).

Aí reafirmaram a sua posição. Então o alto Comissário tenta a chantagem: ameaça antecipar a sua anunciada viagem a Portugal, no intuito de conseguir obter uma indemnização imediata, e a retirada de toda a ajuda técnica e financeira de Portugal.

Porante a gravidade da situação, os membros do bureau político do MLSTP, incluindo o seu secretário geral, Manuel Pinto da Costa, chegaram a S. Tomé e Príncipe no dia 17 de Março. A partir desta data a situação agrava-se a um ritmo vertiginoso, a tensão aumenta enormemente, e as contradições existentes agudizam-se. Uma parte do Movimento acaba por ceder às pressões do Alto Comissário, aliando-se-lhe numa tentativa descarada de implantação do neocolonialismo ao mesmo tempo que põe à margem os militantes que tomam claramente posições a favor da total independência de S. Tomé e Príncipe.

Mas o povo de S. Tomé soube e saberá sempre resistir e lutar contra todas as manobras que tentem impedir a independência e o fim da exploração de S. Tomé e Príncipe. Face a estas manobras o povo de S. Tomé responde como diz Manuel Tróvada com o estabelecimento de uma política exterior de não alinhamento incluindo a recusa de instalação de qualquer base militar. O povo de S. Tomé é assim, hoje dia 12 de julho de 1975, o fim da exploração contra a qual lutou durante os 500 anos de colonialismo.

Viva a justa
luta dos povos
oprimidos de
todo o mundo!